

ATA NÚMERO 171/XII/3ª SL

24.janeiro.2014 – 14h30

Aos 24 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Petição n.º 319/XII/3.ª da iniciativa de Carlos Manuel Cabral da Silva Nunes, “Manutenção em Portugal das obras de Miró” – 14h30

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputado Relator:** Gabriela Canavilhas - PS

4. Audição por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Doutor Miguel Seabra sobre o resultado das candidaturas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento – 15h30

5. Data da próxima reunião

Dia 29 de janeiro de 2014 – 14h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pelos Srs. Vice-Presidentes, Deputado Acácio Pinto (Ponto 3) e Deputada Nilza de Sena (Pontos 1, 2, 4 e 5).

A Sra. Presidente informou que deu entrada, no dia anterior, um requerimento do PS para a audição do Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, Prof. Doutor Pedro Reis; do Secretário do Conselho dos Laboratórios Associados, Prof. Doutor Alexandre Quintanilha; da ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica e da ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, sobre o concurso de atribuição de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento e sobre os riscos a que o Sistema Tecnológico e Científico Nacional está sujeito. Foi deliberado agendar a apreciação do requerimento para a reunião seguinte da Comissão.

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Comunicações do Presidente

2.1. A Sra. Presidente informou que deu entrada um requerimento potestativo do BE, com caráter de urgência para a audição do Ministro da Educação e Ciência, sobre o concurso de atribuição de bolsas da FCT e as políticas públicas para a Ciência.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) sugeriu o contacto urgente com o gabinete do Sr. Ministro, propondo o agendamento da audição para o dia 31 de janeiro, dada a disponibilidade manifestada pelo Ministro, nessa mesma manhã.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) sugeriu que, a ser agendada no dia 31, a audição pudesse ter início às 14h30.

2.2. A Sra. Presidente solicitou a presença dos Deputados da Comissão na audição parlamentar sobre os *Currículos das Vias Profissionalizantes*, agendada para o dia 29 de janeiro, das 9h30 às 13h00, no auditório do Edifício Novo.

2.3. Referiu ainda que foi distribuída a lista de entidades a consultar, no âmbito da PPL n.º 192/XII – *Alteração da Lei n.º 55/2012, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais* – terminando o prazo para envio de contributos no dia 14 de fevereiro.

3. Petição n.º 319/XII/3.^a da iniciativa de Carlos Manuel Cabral da Silva Nunes, “Manutenção em Portugal das obras de Miró” – 14h30

A delegação dos peticionários era constituída pelo galerista Carlos Cabral Nunes, pelo Professor Rui Mário Gonçalves, historiador e crítico de arte e pelo curador de arte e Diretor dos Museus do Chiado e do Museu Coleção Berardo, Dr. Pedro Lapa.

Carlos Nunes transmitiu, em primeiro lugar, a indignação pelas obras serem colocadas em leilão no estrangeiro sem se permitir que as mesmas fossem vistas em Portugal pelo público e pelos especialistas. Acrescentou que, nessa sequência, a petição solicita a suspensão do leilão e que as obras sejam mostradas em Portugal, solicitando-se a especialistas internacionais que as avaliem, embora muitos já se tenham pronunciado e entendam que as mesmas são preciosas e têm um valor muito elevado. Assim, defendeu que o leilão vai ser um mau negócio.

Pedro Lapa informou que o Museu do Chiado foi há uns anos convidado pelo BPN para expor as obras, o que depois não se veio a concretizar e posteriormente foram feitos vários esforços para a exposição, mas manteve-se a sua impossibilidade. Informou que recentemente foi-lhe pedido pela Direção Geral do Património Cultural um parecer sobre o valor das obras, que entregou em 15 de janeiro. Referiu que as obras constituem um património de interesse internacional, que foi integrado no património público.

Rui Mário Gonçalves reiterou o pedido de suspensão da venda das obras e o protesto por as mesmas não serem mostradas em Portugal e referiu que o seu valor depende mais dos colecionadores do que dos avaliadores.

Interveio depois a Deputada Isilda Aguincha (PSD), referindo que o processo vem de 2008 e esteve parado desde essa data. Solicitou depois a Pedro Lapa que indicasse o valor da avaliação que fez da coleção. Salientou que as obras integram ativos do BPN, cujo património onerou os cidadãos e realçou que não houve iniciativas sobre as mesmas dos anteriores responsáveis recentes ou quaisquer dinâmicas em relação às obras, com exceção do último mês.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) pediu mais informação sobre o parecer dado por Pedro Lapa à Direção Geral do Património Cultural, em relação à avaliação da coleção. Referiu que as obras só passaram para o património do Estado em 2012 e só depois podiam ser mostradas e realçou que a lei do património cultural exige uma autorização para a saída das obras para o estrangeiro, questionando se a mesma foi dada.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que as obras pertenciam ao património do BPN e no âmbito da dívida do mesmo este património é um ativo relevante, para atenuar e diminuir a dívida. Questionou depois quanto custaria a manutenção da coleção e quais as hipóteses de rentabilização para eventual manutenção da mesma em Portugal.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) salientou que as obras de arte em causa necessitavam de autorização para sair do país e requereu que a Comissão peça ao Governo todos os documentos existentes sobre a coleção. Questionou, ainda, os peticionários, sobre a hipótese de utilização das obras em Portugal.

A Deputada Catarina Martins (BE) solicitou a discussão da matéria no Plenário, referiu que tem havido muita especulação com ativos de arte e questionou se precisamos da coleção no país ou não. Referindo a Lei de Bases do Património, questionou se a coleção foi classificada e se há um parecer técnico sobre a mesma.

A Deputada Gabriela Canavilhas (PS), relatora da petição, realçou que os peticionários incluem grandes especialistas de obras de arte, nomeadamente, o Professor Rui Mário Gonçalves, historiador e crítico de arte, o curador de arte Dr. Pedro Lapa e o galerista Carlos Cabral Nunes.

Salientou que está em causa o património imaterial, que extravasa o valor patrimonial, enfatizou que a coleção só é do Estado a partir de 2012 e pediu a sua classificação, indicando, por último, que o PS vai manter-se empenhado em relação à matéria.

Por último, em representação dos peticionários, Carlos Nunes salientou que a petição teve origem na necessidade de que houvesse uma discussão sobre a matéria, pretendendo-se que fosse abrangente e envolvesse todos os setores partidários, tendo informado, ainda, que contactou todos os Grupos Parlamentares e só não teve resposta do PSD e do CDS-PP.

Realçou que as obras vão ultrapassar a nossa vida e a sua venda abre um precedente, salientando que muitos países com uma situação financeira difícil não foram autorizados a vender as suas obras de arte, tendo dado como exemplo a situação da Irlanda e da cidade de Detroit.

Defendeu que a coleção podia ser rentabilizada em 2 anos, atenta a previsão de visitantes da mesma e um custo unitário de entrada de 10€, tendo informado que uma exposição recente de 30 obras de Miró, em Burgos, teve cerca de 74.000 visitantes.

Salientou que as obras, públicas ou privadas, só podem sair do país com autorização da Direção Geral do Património Cultural, informando que a autorização pode ser provisória ou definitiva, consoante a situação das mesmas.

Indicou que o valor de venda que está previsto – 35.000.000€ - é muito baixo e podia corresponder a uma única obra. Informou, ainda, que se a coleção das obras do Miró fosse incluída no Museu Coleção Berardo, não teria custos de manutenção de mais de 1%.

Pedro Lapa informou que o parecer que deu à Direção Geral do Património Cultural foi qualitativo, sobre a importância e a relevância das obras e explicando que o núcleo em causa é representativo de Miró. Reiterou que neste caso o Estado não teria grandes custos de apresentação e manutenção das obras.

Por último, Carlos Nunes realçou o valor patrimonial da coleção em sentido pedagógico, para estudo dos jovens portugueses, bem como para benefício de todos os visitantes.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Após a audição dos petiçãoários, foi analisado o requerimento do Deputado Miguel Tiago (PCP) no sentido de se pedirem ao Governo todos os documentos respeitantes ao leilão da coleção, tendo a Deputada Gabriela Canavilhas (PS) proposto fazer essa diligência como relatora da Petição, não se tendo registado objeções.

4. Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Doutor Miguel Seabra sobre o resultado das candidaturas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento – 15h30

A primeira ronda teve início com a intervenção do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), que apresentou os fundamentos que justificaram o pedido de audição. Entendendo que a redução do número de bolsas corresponde a uma questão de opção e não de recursos, questionou o Presidente da FCT sobre as alternativas de emprego científico e sobre o que se pode esperar da nova realidade anunciada e quis ainda saber se foram utilizados critérios em desfavor das ciências sociais e humanidades. Perguntou, por fim, se se confirmam as anomalias e irregularidades de que tem sido acusada a FCT.

O Sr. Presidente da FCT começou por esclarecer que a redução do número de bolsas se deve, fundamentalmente, a questões de natureza estratégica e conjuntural. Afirmou que as bolsas individuais não constituem a única forma de financiamento dos bolseiros em Portugal, tendo-se registado a introdução de novos instrumentos de financiamento, de forma a conferir maior eficiência e competitividade à ciência. Assim, 2/3 das bolsas atribuídas destinam-se a programas doutorais e 1/3 a bolsas individuais. Referiu ainda que a FCT procura fazer o melhor possível, com o orçamento de que dispõe, sublinhando que trabalhar com um orçamento anual para fazer face a compromissos plurianuais traz dificuldades acrescidas. Refutou, por último, qualquer acusação de irregularidades ou de comportamento impróprio, por parte da FCT.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) considerou que a audição constitui uma oportunidade para poderem ser esclarecidas algumas dúvidas e colocou algumas questões, nomeadamente, sobre a justificação para a FCT alterar a ordenação proposta pelo júri e sobre a razão para a diminuição do número de bolsas em Portugal. Referiu-se à intervenção do Ministro da Educação e Ciência, nesse mesmo dia no Plenário, e perguntou ainda de que forma a opção pelo investimento nos centros de investigação lhes permite concorrer noutra patamar de investimento.

O Sr. Presidente da FCT sublinhou que a Fundação tem procurado corrigir alguns desequilíbrios ao nível da execução do investimento, cujas perdas rondaram os 58M€ entre 2010 e 2011, através da renegociação dos compromissos e da redefinição de padrões de investimento com as unidades de investigação. Referiu-se ainda à possibilidade de acesso dos investigadores a projetos, que não pela via das bolsas individuais.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) questionou o Sr. Presidente da FCT sobre as orientações recebidas da tutela relativamente a esta matéria, e em particular, em relação à diminuição das bolsas a atribuir. Perguntou ainda a que se deveu a demissão de vários membros dos júris e solicitou confirmação quanto à apreciação da elegibilidade dos projetos depois de os mesmos serem avaliados. Quis ainda saber quais são os outros projetos a que se referiu e onde são gastas as verbas do Orçamento do Estado alocadas à ciência.

Respondendo à questão das irregularidades, o Sr. Presidente da FCT leu parte do comunicado emitido pela Fundação, em que é referido que “as correções efetuadas pela FCT referem-se exclusivamente a elementos métricos, nas quais se incluem erros de cálculos aritméticos na soma de classificações parcelares, ou a situações de manifesta discordância entre as classificações efetivamente atribuídas e o disposto nos regulamentos e guião de avaliação”.

Lembrou ainda que está a decorrer o período de audiência prévia, que permite a correção de eventuais erros.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) questionou o Sr. Presidente da FCT sobre as consequências da não correção dos lapsos detetados e sobre a forma como os membros do júri tiveram conhecimento das correções efetuadas. Quis ainda saber se a desorçamentação verificada nos anteriores governos, nas áreas da investigação, não retirava competitividade ao sistema científico e tecnológico do País. Perguntou, por último, quais as políticas previstas para a absorção de doutorados pela economia e para o aumento da excelência da investigação.

O Sr. Presidente da FCT considerou que um sistema desequilibrado, em que a formação avançada constitui a prioridade, corre o risco de ter de exportar os seus talentos, pelo que o combate à fuga de cérebros não pode ser feito através da formação avançada, a qualquer custo. Defendeu a necessidade de se criarem condições, semelhantes às dos nossos competidores, de financiamento através de variados mecanismos, devendo o número de bolsas aprovadas depender das necessidades reais do sistema. Relativamente ao orçamento, esclareceu que foi gasto, em 2013, de acordo com a seguinte distribuição: 45% em formação avançada e emprego científico; 16% Laboratórios Associados e Unidades I&D; 25% em projetos de investigação científica individuais; 9% na área internacional e 5% em outras rubricas. Concluiu, solicitando sugestões aos Deputados para uma distribuição diferente das verbas disponíveis.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) recordou que se registou, entre 2011 e 2014, um corte de 82M€ nesta área e afirmou que em 2014, o Governo vai gastar menos de metade em ciência do que vai investir em contratos “SWAP”. Referiu-se ainda ao corte de 17% para as bolsas, aprovado no Orçamento do Estado para 2014, e lamentou que 25.000 investigadores trabalham com um vínculo precário. Colocou, seguidamente, algumas questões, nomeadamente sobre se houve ou não mudança de critérios nos concursos sem que tenha sido dado conhecimento aos interessados e quis ainda conhecer o número de contratos de bolsas já a pagamento e com pagamentos retroativos a 1 de janeiro.

O Sr. Presidente da FCT afirmou que a Fundação apoiou cada um dos painéis e lamentou o ataque à credibilidade da FCT feito por algumas pessoas. Reconheceu que a FCT poderia ter sido mais eficiente na relação com os coordenadores dos painéis e admitiu não ter informado atempadamente todos os membros sobre as correções efetuadas, dada a forte pressão em relação aos compromissos assumidos. Esclareceu ainda que os bolseiros que procederem à entrega atempada de toda a documentação podem ser financiados desde o dia 1 de janeiro.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se à entrevista concedida recentemente pelo Presidente da FCT, em que refere a bondade da aprovação de apenas 10% das bolsas, e lamentou que o Estado prescindia destas pessoas, altamente qualificadas, que não encontram saída profissional no nosso País. Quis ainda saber porque não se regressou aos painéis depois de detetados os erros e referiu-se às duras críticas que o Conselho Científico dos Laboratórios Associados dirigiu à FCT.

O Sr. Presidente da FCT afirmou não estar satisfeito com as taxas de aprovação de 10%, impostas pelas circunstâncias conjunturais e pela necessidade de manutenção de outros compromissos, e mencionou que tem lutado por um melhor orçamento para a área da ciência.

Na segunda ronda, começou por intervir a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que reafirmou a necessidade de se abrirem possibilidades de acesso à carreira, sendo que as necessidades permanentes das unidades e centros de investigação são colmatadas com o recurso à precariedade, forçando muitos investigadores a emigrarem.

A Sra. Deputada Odete João (PS) confrontou o Presidente da FCT com os dados disponibilizados na audiência, considerando que não correspondem à informação que consta da

página internet. Relativamente aos fundos para a Ciência, que provêm da União Europeia, solicitou esclarecimentos sobre o défice da contrapartida nacional.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) congratulou-se com a aposta no financiamento das unidades e dos centros de investigação, uma vez que as verbas transferidas servem também para absorver investigadores.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) lamentou a opção deste Governo de “secar” tudo o que se encontra à volta da excelência, não permitindo a diversidade, e considerou que estas orientações descredibilizam a imagem da FCT.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) lamentou a desvalorização feita pelo Presidente da FCT relativamente à rejeição de 90% das candidaturas a bolsas e questionou-o sobre o futuro dos jovens que viram a sua candidatura rejeitada.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) questionou o Presidente da FCT sobre a avaliação que faz dos caminhos de ciência nos últimos anos e ainda sobre as prioridades e estratégias que defende, considerando que limitar o conhecimento à indústria pode corresponder a um enorme risco.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) considerou que o investimento em ciência não deve ser ponderado apenas em função da indústria e das empresas, mas também não pode ser feito de costas voltadas. Concluiu, realçando a necessidade de a FCT fazer cumprir as regras e os regulamentos.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente da FCT voltou a pronunciar-se sobre a correção dos erros, reconhecendo que a FCT poderia ter criado melhores condições para o trabalho dos painéis e que vai tentar prestar mais apoio no futuro. Afirmou ainda que existe uma estratégia clara para a ciência em Portugal, que passa pela aposta num sistema eficiente, competitivo e de excelência, à semelhança dos modelos dos países do Norte da Europa, o que justifica a criação de novos programas. Afirmou que existe um esforço de aperfeiçoamento do sistema e de equilíbrio entre áreas de intervenção e terminou com uma palavra de otimismo, considerando que os números globais de Portugal apontam no sentido da excelência, da qualidade e da diversidade do sistema, que permitirá que se torne sustentável no futuro.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Data da próxima reunião

Dia 29 de janeiro de 2014 – 14h00

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro 2014

A VICE-PRESIDENTE



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

(Nilza de Sena)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Catarina Martins
Inês Teotónio Pereira
Maria Gabriela Canavilhas
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Heloísa Apolónia
Margarida Almeida